

A morte de Seu Ivan

Quando o meu sogro, Seu Ivan, também conhecido como Ivanzinho, o Flecha, faleceu, nós, familiares, apesar de consternados com a sua morte, sentimos certo alívio. Ele já vinha sofrendo muito já há alguns anos, e livra-lo daquele martírio era um desejo secreto de cada um de nós.

Como durante a sua vida tinha sido um homem educado e respeitoso, até na hora da sua morte teve um gesto de grandeza, esperou que o seu último neto se casasse na sexta-feira à noite para só então morrer na madrugada do sábado.

Na nossa família já existe um consenso de que eu sou sempre o encarregado de tratar as papeladas de cada um dos membros que morrem. Não sei como e nem quando ganhei esse título, mas venho cumprindo o meu papel com certa honra e nem sempre com muita correção, pois as situações mudam e o conhecimento anteriormente adquirido nem sempre é suficiente para cumprir com precisão este papel. Houve um caso em que para enterrar um parente era necessário tirar outro já falecido que há alguns anos ocupava a campa reservada à família.

- Para tirar os ossos do falecido eu preciso que algum parente me acompanhe – falou o coveiro com ar respeitoso.

- Deixa que o Emerson resolve isso – falou alguém.

E lá fui eu, sem nenhuma vontade, ficar em pé ao lado da cova enquanto o coveiro tirava e abria o caixão onde estavam os restos mortais de um tio. Neste dia tive que manter a posição que o meu papel exigia para não vomitar com o nauseabundo cheiro e a fantasmagórica imagem que apareceu no caixão.

Desde 1986 que o Seu Ivan e a minha sogra, Dona Clea, assinaram um documento, registrado em cartório, estabelecendo que ambos queriam ser cremados. Esta decisão causou certo nervosismo entre os familiares, já que naquela época não existia ainda cremação no Estado do Rio de Janeiro, e, conseqüentemente, o corpo teria que ser trasladado para São Paulo, onde já existia este serviço.

Como o Seu Ivan faleceu em 2014, o serviço de cremação foi criado no Rio e até mesmo em Niterói. Com a sua maneira cuidadosa de tratar desses assuntos sérios, Seu Ivan e Dona Clea, em 2008, tomaram cuidado de irem ao Cemitério Parque da Colina, em Niterói, e assinarem um documento autorizando as suas cremações em caso de falecimento.

Quando Seu Ivan faleceu, às 4 horas da manhã, já estava definido que tão logo o cartório abrisse, eu, imbuído das prerrogativas que me foram outorgadas há muitos anos, deveria dar entrada na papelada e pegar a Certidão de Óbito,

documento necessário para que o rabeção fizesse a retirada do corpo, já que o mesmo estava na casa da minha cunhada, onde ele tinha falecido.

Para iniciar os procedimentos eu precisava da carteira de identidade do falecido, certidão de casamento e um documento emitido por um médico atestando o óbito. Como na família existem oito médicos, se não me engano, depois de alguns telefonemas o meu sobrinho Max, neto do Seu Ivan, e que, assim como a sua esposa, são médicos, ficou com esse encargo de conseguir o documento, que teria que ser buscado em um hospital.

Mais ou menos às 8 horas e 30 minutos eu já estava com todos os documentos necessários. O atestado tinha sido emitido pela Lívia, esposa do Max, após uma peregrinação no Hospital Icaraí no centro de Niterói.

- Eu acho que no sábado o cartório só abre às 10 horas – falou Ivani que trabalha na casa da minha cunhada Sueli.

Várias pessoas começaram a procurar na Internet, usando os seus celulares, o telefone do Cartório do Sabdin em Piratininga. Conseguimos telefonar, mas ninguém atendia.

Convidei o meu filho Erik para ir comigo até o cartório, talvez já pensando em passar para alguém essa responsabilidade que já há alguns anos me acompanha de tratar os papéis burocráticos dos parentes falecidos. Se o cartório estivesse fechado, nós voltaríamos já que a distância de carro era de cerca de 5 ou 10 minutos. Levava comigo um envelope com a documentação necessária para conseguir o atestado de óbito.

O cartório funciona numa loja no térreo mas a parte de casamentos e óbitos fica no piso superior, onde no dia anterior tínhamos todos estado para o casamento do meu filho. O cartório estava fechado mas tínhamos o telefone e ligamos, explicamos a nossa situação, e uma senhora veio nos receber.

Eu não tinha visto o conteúdo do envelope com a documentação, que tinha sido preparado pela minha esposa, e levei um susto. A carteira de identidade era de 1941 com uma foto de seu Ivan com não mais que 20 anos e era uma espécie de caderno pequeno com algumas folhas amarelas já se desmilinguido de tão velhas. A certidão de casamento era de 1946 e tinha sido emitida por uma igreja. No alto da página tinha em letras garrafais o nome do padre e assim como a carteira de identidade também estava em péssimo estado de conservação. A senhora do cartório fez um muxoxo e protestou contra aqueles documentos.

- Ele era muito teimoso, só queria usar essa carteira de identidade – falei já preocupado.

- Isso mesmo, nada o convencia a tirar outra carteira – acrescentou Erik.

Demoramos um pouco a convencer a senhora que não havia outro documento e que tínhamos um fato concreto que era cremar o corpo de um falecido.

Quando conseguimos a muito custo convence-la eu perguntei se havia necessidade do documento registrado pelo Seu Ivan autorizando a sua cremação, mas ela disse que não era necessário.

Uma hora depois eu e o Erik saímos do cartório com a certidão de óbito. Nem mesmo havíamos descido a escada quando o meu celular tocou. Era Sandrinha, minha esposa.

- O rapaz do rabeção está perguntando se o documento atestando o óbito foi assinado por dois médicos.

- Não quem assinou foi apenas a Lívia.

- Fique aí que o rapaz, junto com Luis Antonio, meu cunhado que também é médico e o Max estão indo para aí, pois para cremar precisa da assinatura de outro médico.

Quando chegamos na rua já estavam os três lá embaixo. Luis Antonio trazia o seu carimbo de médico. Voltamos para o cartório para conversar com a senhora que estava lá de plantão.

- Na certidão de óbito fala em sepultamento e precisa estar escrito a palavra cremação – falou o rapaz do rabeção, com o seu conhecimento profundo do assunto.

Na verdade, quando eu disse que tinha o documento autorizando a cremação ela poderia ter atinado que a certidão de óbito teria que ser diferente e o atestado de falecimento também teria que ter a assinatura de dois médicos.

A senhora foi intransigente e disse que para mudar a certidão seria necessário a autorização de um juiz. Não tinham se passado nem 15 minutos que ela tinha acabado de fazer a certidão.

Éramos agora cinco protestando contra a intransigente senhora. Max, com o seu comportamento agitado, pegou o celular e disse que iria ligar para um juiz amigo. Pouco depois já estava conversando com Guto, o juiz, que dizia que seria necessário ir ao plantão judiciário em Itaboraí.

A senhora sabia que tinha ela também cometido um erro e achou melhor procurar uma solução negociada. Ligou para outra pessoa mais experiente no cartório que disse que a certidão podia ser alterada, mas que outro médico teria que assinar o documento do hospital. Luis Antonio agitou o seu carimbo de médico deixando a senhora também um pouco mais calma.

Duas horas e meia depois estávamos saindo do cartório com a documentação correta e prontos para dar seguimento aos procedimentos necessários para a cremação.

Eu, como familiar responsável pela burocracia dos enterros dos membros da família, tinha também aprendido uma lição que poderia ser útil no futuro, embora Tia Nea, com seus 96 anos, e boa de cabeça, esteja ainda muito distante de entrar nessa fila.

O fato interessante, que também registramos, foi uma estranha coincidência. Quando a minha mãe morreu, em 2011, o Erik, meu filho e seu neto, que vive em Londres desde 2005, coincidentemente, estava passando uma semana no Brasil. Agora com a morte do avô por parte de mãe, a história se repetiu, já que ele estava com o voo marcado para o domingo seguinte. Alguns parentes mais idosos já estão até preocupados com essas vindas do Erik ao Brasil.